

## 5. ASPECTOS LEGAIS

Este item apresenta uma relação do conjunto das principais normas técnicas bem como da legislação ambiental Federal, Estadual e Municipal aplicável à ao empreendimento objeto do estudo em questão.

O objetivo deste item é o de servir de apoio às demais áreas do conhecimento que fazem parte deste estudo pretendendo demonstrar a compatibilização da futura implantação do empreendimento com a legislação pertinente isto porque, para autorizar tal implantação de empreendimentos que possam causar impactos ao meio ambiente, a legislação ambiental estabelece a necessidade da elaboração, a princípio, de estudos ambientais para que o Estado, com base nestes documentos, através de seus órgãos ambientais avalie a viabilidade ambiental dos empreendimentos.

Importante ressaltar que, o projeto do Aterro Sanitário objeto do presente estudo inclui todas as medidas protecionistas necessárias para minimizar os impactos ambientais, conforme preconizam os dispositivos legais em vigor e também as normas técnicas pertinentes.

As principais normas e legislação no âmbito federal, estadual e municipal pertinentes ao Empreendimento em questão estão apresentadas a seguir.

<b>DISPOSITIVOS LEGAIS – ÂMBITO FEDERAL</b>	
<b>Decreto Federal nº 50.877, de 29/06/1961</b>	Dispõe sobre o lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas do País, e dá outras providências.
<b>Lei nº 4.771, de 15/09/1965 (Código Florestal)</b>	Institui o novo Código Florestal. Alterada pela Lei Federal nº 7.803, de 18/07/1989 que, e revoga as Leis nºs 6.535, de 15/06/1978, e 7.511, de 07/07/1986.
<b>Lei nº 5.197 de 03/01/1967</b>	Dispõe sobre de Proteção à Fauna e dá outras providências. Alterada pelas Leis 7.584 de 06/01/1987, 7.653 de 12/02/1988, 97.633 de 10/04/1989 e 9.111 de 10/10/1995).
<b>Decreto Lei nº 227, de 28/02/1967 (Código de Mineração)</b>	Dispõe sobre o Código de Mineração. Alterado pelas Leis Federais nº 6.567/78, 8.982/95 e 9.314/96.
<b>Decreto Lei nº 1.413, de 14/08/1975, regulamentado pelo Decreto n.º 76.389/75 e alterado pelo Decreto n.º 85.206/80.</b>	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais.
<b>Lei nº 997, de 31/05/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.468 de 08/09/1976, atualizado pelo 54.487/09, e 47.397/02 e Resoluções SMA 12/89, 42/94, 51/97, 54/04 e 37/05 e 22/07.</b>	O art. 5º da Lei 997, dispõe que a instalação, construção ou ampliação, bem como a operação ou o funcionamento das fontes de poluição que forem enumeradas no Regulamento desta lei, ficam sujeitos a prévia autorização do órgão estadual de controle da poluição do meio-ambiente. Estabelece o art. 57º, letra "a", do Decreto nº 8.468/76, considera fonte de poluição, para efeito de obtenção das Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, sistemas autônomos privados de armazenamento, transferência, reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos.
<b>Decreto nº 10.755, de 22/11/1977 e alterado pelo Decreto nº 39.173, de 08/09/1994</b>	Dispõe sobre o enquadramento dos corpos d'água receptores na classificação prevista no Decreto n.º 8.468/76.
<b>Portaria MINTER nº 53, de 01/03/1979</b>	Estabelece normas aos projetos específicos de tratamento e disposição de resíduos sólidos.

<b>Lei nº 6.902, de 27/04/1981</b>	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental.
<b>Lei nº 6.938, de 31/08/1981, regulamentada pelo Decreto n.º 99.274 de 06/06/1990 e com redação alterada pela Lei n.º 7.804, de 18/07/1989 (Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA)</b>	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Trata o art. 10º, que dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual competente integrante do SISNAMA, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis, a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem assim os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. O Decreto n.º99.274/90 determina no art. 17º sobre licenciamento ambiental pelo órgão estadual competente, e art. 19º trata da incumbência do Poder Público em expedir a Licença Prévia, Licença de Instalação e a Licença de Operação.
<b>Decreto Federal nº 89.336, de 31/01/1984</b>	Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de relevante Interesse Ecológico, e dá outras providências.
<b>Norma Brasileira NBR 6.459 de 1984</b>	Determinação do limite de liquidez (solo).
<b>Norma Brasileira NBR 7.180 de 1984</b>	Determinação do limite de plasticidade (solo).
<b>Norma Brasileira NBR 7.181 de 1984</b>	Análise granulométrica (solo).
<b>Lei nº 7.347, de 24/07/1985 (Ação Civil Pública)</b>	Disciplina Ação Civil Pública de Responsabilidade Por Danos Causados ao Meio Ambiente, ao Consumidor e a outros bens e direitos.
<b>Resolução CONAMA nº 006, de 24/01/1986</b>	Dispõe sobre aprovação dos modelos de publicação de pedidos de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova os novos modelos para publicação de licenças.
<b>Norma Brasileira NBR 7.182 de 1986</b>	Ensaio de compactação (solo).

<p><b>Resolução CONAMA nº 001, de 23/01/1986</b></p>	<p>Determina como pressupostos para o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental, e estabelece as exigências para a apresentação desses estudos.</p> <p>O artigo 2º, inciso X, dispõe sobre a elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental – RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como Aterros Sanitários.</p>
<p><b>Resolução CONAMA nº 009, de 03/12/1987</b></p>	<p>Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas, que têm por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito.</p>
<p><b>Norma Brasileira NBR 10.151 de 1987</b></p>	<p>Avalia os níveis de ruídos em áreas habitadas visando o conforto da comunidade.</p>
<p><b>Norma Brasileira NBR 10.152 de 1987</b></p>	<p>Fixa níveis de ruídos compatíveis com o conforto acústico em ambientes diversos.</p>
<p><b>Resolução CONAMA nº 005 de 15/06/1988</b></p>	<p>Dispõe sobre o licenciamento de obras de saneamento para as quais seja possível identificar modificações ambientais significativas (limpeza urbana).</p> <p>O art. 1º estabelece que ficam sujeitas a licenciamento as obras de saneamento para as quais seja possível identificar modificações ambientais significativas.</p> <p>O Parágrafo Único dispõe que são consideradas significativas e, portanto, objeto de licenciamento, as obras que por seu porte, natureza e peculiaridade sejam assim consideradas pelo órgão licenciador e necessariamente as atividades e obras relacionadas no artigo 3º desta Resolução.</p> <p>Está previsto no art. 3º, IV, “a”, o licenciamento de obras de unidades de tratamento de resíduos sólidos de origem doméstica, pública e industrial.</p>

<p><b>Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/10/1988</b></p>	<p>Trata especificamente da Política Ambiental Brasileira no capítulo VI, Art. 225, que dispõe sobre o direito de todos quanto ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.</p> <p>Também faz referências ao meio ambiente nos artigos: 5º (inciso LXXIII), 23º (incisos VI e VII), 24º (incisos VI, VII e VIII), 129º (inciso III), 170º (inciso VI), 174º (§3), 200º (inciso VIII) e 216º (incisos V e § 1,2,3,4 e 5).</p> <p>No capítulo II – Da Política Urbana, o art. 182º, determina que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.</p>
<p><b>Resolução CONAMA nº 010, de 14/12/1988</b></p>	<p>Dispõe sobre Áreas de Proteção Ambiental - APA'S como unidades de conservação, destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes.</p>
<p><b>Resolução CONAMA nº 005, de 15/06/1989</b></p>	<p>Institui o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar-PRONAR, como um dos instrumentos básicos da gestão ambiental para a proteção da saúde, do bem-estar da população e melhoria da qualidade de vida, com o objetivo de permitir o desenvolvimento econômico e social do país, de forma ambientalmente segura, pela limitação dos níveis de emissão de poluentes das fontes de poluição atmosférica.</p>
<p><b>Portaria IBAMA nº 1.522, de 19/12/1989</b></p>	<p>Apresenta a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção.</p>
<p><b>Norma Brasileira NBR 10.703 de 1989</b></p>	<p>Define os termos empregados nos estudos, projetos, pesquisas e trabalhos em geral, relacionados à análise, ao controle e à prevenção da degradação do solo.</p>

<p><b>Lei nº 6.938, de 31/08/1981, regulamentada pelo Decreto n.º 99.274 de 06/06/1990 e com redação alterada pela Lei n.º 7.804, de 18/07/1989</b></p> <p><b>(Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA)</b></p>	<p>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Trata o art. 10º, que dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual competente integrante do SISNAMA, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis, a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem assim os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. O Decreto n.º99.274/90 determina no art. 17º sobre licenciamento ambiental pelo órgão estadual competente, e art. 19º trata da incumbência do Poder Público em expedir a Licença Prévia, Licença de Instalação e a Licença de Operação.</p>
<p><b>Resolução CONAMA nº 001, de 08/03/1990</b></p>	<p>Estabelece que a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais e recreativas obedecerá, no interesse da saúde, do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos neste diploma legal, referenciando as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBRs 10.151 e 10.152.</p>
<p><b>Resolução CONAMA nº 002 de 08/03/1990</b></p>	<p>Institui em caráter nacional o Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora.</p>
<p><b>Decreto nº 99.492, de 03/09/1990</b></p>	<p>Dispõe sobre a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, autarquia federal, com base na Lei nº 8.029, de 12/04/1990, vinculado ao Ministério da Cultura.</p>
<p><b>Norma Brasileira NBR 11.682 de 1991</b></p>	<p>Estabilidade de taludes.</p>

<b>Lei nº 7.663, de 30/12/1991 (Política Estadual de Recursos Hídricos)</b>	<p>Tem por objetivo assegurar que a água, recurso natural essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social, possa ser controlada e utilizada, em padrões de qualidade satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, em todo território do Estado de São Paulo.</p> <p>Dispõe o artigo 3º, inciso VII, sobre o atendimento ao princípio da compatibilização do gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção do meio ambiente.</p>
<b>Portaria IBAMA nº 37-N, de 03/04/1992</b>	Apresenta a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção.
<b>Decreto nº 750, de 10/02/1993</b>	Determina a proibição do corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração de Mata Atlântica.
<b>Norma Brasileira NBR 12.980 de 1993</b>	Define os termos utilizados na coleta, varrição e acondicionamento de resíduos sólidos urbanos.
<b>Portaria IBAMA nº 16, de 04/03/1994</b>	Dispõe sobre a manutenção e ou criação em cativeiro da fauna silvestre brasileira com a finalidade de subsidiar pesquisas científicas em Universidades, Centros de Pesquisas e Instituições Oficiais ou oficializadas pelo Poder Público.
<b>Norma Brasileira NBR 8.419 de 1996</b>	Fixa as condições mínimas exigíveis para a apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos, estipulando condições genéricas e específicas e determina que a documentação do projeto estará sujeita à análise pelo órgão seccional estadual de controle da poluição e proteção ambiental.
<b>Resolução CONAMA nº 03, de 18/04/1996</b>	Define a abrangência de vegetação remanescente de mata atlântica, expressa no parágrafo único do artigo 4º, do Decreto nº 750, de 10 de fevereiro de 1993.
<b>Lei nº 9.433, de 08/01/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH)</b>	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

<b>Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997</b>	Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente, dispõe sobre a competência do órgão estadual para o licenciamento.
<b>Norma Brasileira NBR 15495-1:2007 Versão Corrigida 2:2009</b>	Normatiza a construção de poços de monitoramento e amostragem, recurso utilizado para acompanhar a infiltração de veículos contaminantes no lençol.
<b>Norma Brasileira NBR 13.896 de 1997</b>	Fixa condições mínimas exigíveis para projeto, implantação e operação de aterros de resíduos não perigosos, de forma a proteger adequadamente as coleções hídricas superficiais e subterrâneas próximas, bem como os operadores destas instalações e populações vizinhas.
<b>Lei nº 9.605, de 12/02/1998 (Lei de Crimes Ambientais)</b>	Regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.179/99 de 21/09/1999. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Esta Lei não é considerada de aplicabilidade direta ao empreendimento. No entanto, caso a legislação ambiental vigente seja descumprida e/ou caso haja um dano ambiental, o empreendedor poderá ser responsabilizado pela lei de crimes ambientais. Razão pela qual esta lei foi considerada neste texto.
<b>Lei nº 9.795, de 27/04/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA)</b>	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. O art. 3º estabelece que todos têm direito à educação ambiental, incumbindo as empresas, entidades de classe, públicas ou privadas de promovê-la.
<b>Decreto nº 3.179, de 21/09/1999</b>	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
<b>Lei nº 9.985 de 18/07/2000</b>	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação
<b>Resolução CNRH nº 12, de 19/07/2000</b>	Estabelece procedimentos para o enquadramento de corpos de água em classes segundo os usos preponderantes.



<b>Norma Brasileira NBR 7.505 de 2000</b>	Armazenagem de líquidos inflamáveis e combustíveis - Parte 1: Armazenagem em tanques estacionários.
<b>Lei nº 10.257, de 10/07/2001 (Estatuto da Cidade)</b>	Regulamenta os arts. 182º e 183º da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.  O art. 2º estabelece diretrizes gerais para a política urbana, com destaque para saneamento ambiental, infra-estrutura urbana, cooperação entre governos e iniciativa privada, ordenação e controle do uso do solo.
<b>Resolução CNRH nº 16, de 08/05/2001</b>	Dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos considerando as legislações específicas vigentes.
<b>Norma Brasileira NBR 6.484 de 2001</b>	Dispõe sobre solo – sondagem de simples reconhecimento com SPT – Método de ensaio.
<b>Resolução CONAMA nº 302, de 20/03/2002</b>	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.
<b>Resolução CONAMA nº 303, de 20/03/2002</b>	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.
<b>Resolução CONAMA nº 313, de 29/10/2002</b>	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.
<b>Portaria IPHAN nº 230 de 17/12/2002</b>	Dispõe sobre os procedimentos necessários para compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais, com os empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico.
<b>Norma Brasileira NBR 13.221 de 2003</b>	Transporte terrestre de resíduos.
<b>Lei Complementar nº 164, de 15/09/2004</b>	Consolida a legislação que disciplina o Parcelamento do Solo no Município de Piracicaba. Institui: Sistema de abastecimento de água potável, sistema de coleta de esgoto, do parcelamento do solo e outros que contempla as condições ecológicas, geológicas, sanitárias, florestais, hidrológicas, do município.

<b>Norma Brasileira NBR 10.004 de 1987 (Revisada em 2004)</b>	Classifica resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que estes resíduos possam ter manuseio e destinação adequados.
<b>Norma Brasileira NBR 10.005 de 1987 (Revisada em 2004)</b>	Dispõe sobre a lixiviação de resíduos. Fixa as condições exigíveis para diferenciar os resíduos das classes II e III. Aplica-se somente para resíduos no estado físico sólido.
<b>Norma Brasileira NBR 10.006 de 1987 (Revisada em 2004)</b>	Dispõe sobre a solubilização de resíduos. Fixa as condições exigíveis para diferenciar os resíduos das classes II e III. Aplica-se somente para resíduos no estado físico sólido.
<b>Lei nº 11.079/2004 (Lei Ordinária) de 30/12/2004</b>	Institui Normas Gerais para Licitação e Contratação de Parceria Público-Privada no âmbito da Administração Pública.
<b>Resolução CONAMA nº 357 de 2005 e Resolução CONAMA nº 430 de 2011</b>	Dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas em todo o Território Nacional, bem como especifica os padrões de qualidade de lançamento. Estabelece critérios para classificação dos cursos d'água.
<b>Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005</b>	Revoga as disposições da Resolução nº 5/93, que tratam dos resíduos dos serviços da saúde para os serviços abrangidos no art. 1º desta resolução. Revoga a Resolução nº 283/01 – Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.
<b>Lei 11.445, de 05/01/2007 (Política Nacional de Saneamento Básico)</b>	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.
<b>Lei Complementar nº 232, de 16/12/2008</b>	Altera dispositivos constantes da Lei Complementar nº 178/06, que “dispõe sobre a consolidação da legislação que disciplina o Código de Posturas do Município e dá outras providências.

<b>Lei 12.305, de 08/02/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)</b>	A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei 12.305/2010 que foi regulamentada no final de 2010 pelo Decreto 7.404/2010, estabelece que todos os municípios brasileiros devem elaborar um plano local de resíduos sólidos até agosto 2012.
<b>PORTARIA Nº 518/GM de 25/03/2004.</b>	Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências.

<b>DISPOSITIVOS LEGAIS – ÂMBITO ESTADUAL – SÃO PAULO</b>	
<b>Decreto Estadual nº 19.032 de 23/12/1949</b>	Criação da Estação Experimental Tupi no Município de Piracicaba, na categoria de Área Especialmente Protegida com área de 198,48 ha, estando situada a 9 Km da área do aterro objeto do estudo. <b>(Ver localização na Figura inserida no item 7.4.2 deste estudo)</b>
<b>Decreto Estadual nº. 26.882, de 1987 e Lei Estadual nº. 7.438, de 16/07/1991</b>	Criação da APA Piracicaba Juqueri Mirim Área I, no Município de Piracicaba, na categoria de Uso Sustentável com área de 107.596 ha, estando situada a 17 Km da área do aterro objeto do estudo <b>Ver localização na Figura inserida no item 7.4.2 deste estudo).</b>
<b>Decreto Estadual nº 26.890 de 12.03.1987</b>	Criação da Estação Ecológica Ibicatú, uma unidade de conservação de proteção integral, com área de 76,40 ha , estando situada a 32 Km da área do aterro objeto do estudo <b>Ver localização na Figura inserida no item 7.4.2 deste estudo).</b>
<b>Constituição do Estado de São Paulo de 05/10/1989</b>	O capítulo IV, Do Saneamento, artigo 215º, prevê o estabelecimento de política de ações e obras de saneamento básico no Estado, respeitando princípios, como por exemplo, da orientação técnica para os programas visando ao tratamento de despejos urbanos e industriais e de resíduos sólidos, e fomento à implantação de soluções comuns, mediante planos regionais de ação integrada. O § 3º dispõe que as ações de saneamento deverão prever a utilização racional da água, do solo e do ar, modo compatível com a preservação e melhoria da qualidade da saúde pública e do meio ambiente e com a eficiência dos serviços públicos de saneamento.
<b>Lei nº 3.115, de 20/12/1989</b>	Institui a taxa de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos hospitalares – lixo hospitalar e dá outras providências

<b>Deliberação CONSEMA nº 20, de 27/07/1990</b>	Estabelece "Critérios de Exigência de EIA/RIMA para Sistemas de Disposição de Resíduos Sólidos Domiciliares, Industriais e de Serviços de Saúde", de responsabilidade do Departamento de Avaliação Ambiental - DAIA, da Secretaria do Meio Ambiente - SMA.
<b>Lei nº 7.663, de 30/12/1991 (Política Estadual de Recursos Hídricos)</b>	Tem por objetivo assegurar que a água, recurso natural essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social, em padrões de qualidade satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, em todo território do Estado de São Paulo. Dispõe o artigo 3º, inciso VII, sobre o atendimento ao princípio da compatibilização do gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção do meio ambiente.
<b>Deliberação CONSEMA nº 50, de 16/11/1992</b>	Considera Audiências Públicas as reuniões com objetivo de debater, conhecer e informar a opinião pública sobre a implantação de determinada obra ou atividade potencialmente causadora de significativo impacto ambiental. Contêm regulamentação do modo que deverão ser realizadas as audiências públicas.
<b>Decreto nº 10.755, de 22/11/1977 e alterado pelo Decreto nº 39.173, de 08/09/1994</b>	Dispõe sobre o enquadramento dos corpos d'água receptores na classificação prevista no Decreto n.º 8.468/76.
<b>Resolução SMA nº 42, de 29/12/1994</b>	Aprova procedimentos para análise e tramitação de Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo. Dispõe sobre Procedimentos Iniciais, Revisão do EIA/RIMA, Análise do Empreendimento e Licenciamento.
<b>Decreto nº 41.258, de 31/10/1996</b>	Aprova o Regulamento da outorga de direitos de uso dos recursos hídricos, de que tratam os artºs 9º a 13º da Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991.

<b>Lei nº 9.509, de 20/03/1997 (Política Estadual do Meio Ambiente)</b>	<p>O artigo 2º dispõe sobre os objetivos da Política Estadual do Meio Ambiente, visando assegurar condições ao desenvolvimento sustentável, e prevê no inciso I, a adoção de medidas, nas diferentes áreas de ação pública e junto ao setor privado, para manter e promover o equilíbrio ambiental e a melhoria da qualidade ambiental, prevenindo a degradação e mitigando impactos ambientais negativos e recuperando o meio ambiente degradado. Dispõe o art.4º, inciso I, que a Política Estadual do Meio Ambiente visará à compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.</p> <p>Trata o art. 19º, do prévio licenciamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. O § 2º, dispõe sobre a realização do EIA/RIMA por técnico habilitados e equipes especialistas.</p>
<b>Lei nº 9.866, de 28/11/1997</b>	Dispõe sobre diretrizes e normas para proteção e recuperação das Bacias Hidrográficas dos mananciais de interesse Regional do Estado de São Paulo.
<b>Decreto nº 42.838, de 04/02/1998</b>	Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção e as Provavelmente Ameaçadas de Extinção no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
<b>Resolução SMA nº 11 de 17/02/1998</b>	Dispõe sobre a necessidade de realização de reunião técnica informativa, aberta ao público, no processo de licenciamento ambiental, conforme trata a Resolução SMA nº 42, de 29/12/94.
<b>Lei nº 9.989, de 22/05/1998</b>	O § 1º do art. 1º dispõe sobre a obrigatoriedade da recomposição florestal, pelos proprietários, nas áreas próximas as nascentes, obedecida a faixa marginal com raio mínimo de 50m (cinquenta metros) de largura.

<p><b>Lei nº 10.083, de 23/09/1998, alterada pela Lei nº 10.145, de 23/12/1998</b> <b>(Código Sanitário do Estado de São Paulo)</b></p>	<p>Na Seção III, que trata dos Resíduos Sólidos, o art. 24º dispõe sobre todo e qualquer sistema individual ou coletivo, público ou privado, de geração, armazenamento, coleta, transporte, tratamento, reciclagem e destinação final de resíduos sólidos de qualquer natureza, gerados ou introduzidos no Estado.</p>
<p><b>Portaria CPRN nº 04, de 17/02/1999</b></p>	<p>Estabelece prazo para a entrega do material de publicidade exigido no licenciamento ambiental através de RAP e EIA/RIMA e dá providências correlatas.</p>
<p><b>Deliberação CONSEMA nº 08, de 24/03/1999</b></p>	<p>Dispõe sobre as publicações mencionadas pela Resolução SMA 42/94 as quais deverão observar os modelos aprovados pela Deliberação CONSEMA 6/95 para este fim e deverão ser publicadas, em corpo 7 ou em outro superior a ele, no D.O.U. no primeiro caderno de jornal de circulação e em jornal da localidade onde se situa o empreendimento.</p>
<p><b>Lei nº 7.750, de 31/03/1999</b> <b>(Política Estadual de Saneamento)</b></p>	<p>Conforme disposto no art. 2º, inciso I, considera-se Saneamento ou Saneamento Ambiental, como o conjunto de ações, serviços e obras que têm por objetivo alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, por meio do abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo, drenagem urbana, controle de vetores de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializados.</p>
<p><b>Resolução SMA nº 34, de 21/11/2003</b></p>	<p>Dispõe sobre as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico quando do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadores de significativo impacto ambiental, sujeitos à apresentação de EIA/RIMA, e dá providências correlatas.</p>
<p><b>Lei Complementar nº 178, de 11/01/2006</b></p>	<p>Dispõe sobre a Consolidação da legislação, que disciplina o Código de Posturas do Município e dá outras providências. Institui: Higiene pública, higiene das vias públicas, higiene das habitações e terrenos, higiene da alimentação, higiene dos estabelecimentos e outros.</p>

<b>Lei nº 12.300, de 16/03/2006 (Política Estadual de Resíduos Sólidos)</b>	Esta lei institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes, objetivos, instrumentos para a gestão integrada e compartilhada de resíduos sólidos, com vistas à prevenção e ao controle da poluição, à proteção e à recuperação da qualidade do meio ambiente, e à promoção da saúde pública, assegurando o uso adequado dos recursos ambientais no Estado de São Paulo.
<b>Decisão de Diretoria da CETESB nº. 045/2014/E/C/I de 20/02/2014</b>	Dispõe sobre a aprovação dos Valores Orientadores para Solos e Águas Subterrâneas no Estado de São Paulo – 2014, em substituição aos Valores Orientadores de 2005 e dá outras providências
<b>Lei Complementar nº 186, de 10/10/2006</b>	Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Piracicaba, cria o Conselho da Cidade, revoga a Lei Complementar 46/95 e suas alterações e dá outras providências. Institui: A Política Ambiental Municipal.
<b>Resolução SMA nº 50 de 13/11/2007</b>	Dispõe sobre o Projeto Ambiental Estratégico Lixo Mínimo e dá providências correlatas.
<b>Lei nº 13.798, de 09/11/2009</b>	Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC
<b>Resolução SMA nº 5, de 19/01/2012</b>	Dispõe sobre a organização dos trabalhos referentes ao cumprimento da PEMC no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente, bem como a divisão de atribuições entre as suas entidades vinculadas
<b>Decreto nº 59.113, de 23/04/2013</b>	Estabelece novos padrões de qualidade do ar e dá providências correlatas.



<b>DISPOSITIVOS LEGAIS – ÂMBITO MUNICIPAL – PIRACICABA</b>	
<b>Lei Municipal nº. 1657 de 30/04/1969 e Decreto 828 nº de 30/05/1969</b>	Institui a criação do Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba (SEMAE)
<b>Lei 4.233, de 27/12/1996</b>	Tem por objetivo promover a discussão, análise e proposição das diretrizes das políticas públicas ambientais de Piracicaba.
<b>Lei nº 4.587 de 11.12.1998</b>	Dispõe sobre restrições às participações em licitações às pessoas físicas e jurídicas, que tenham sido condenadas por agressões ao meio ambiente, ou infrações à legislação sobre segurança e saúde no trabalho ou exploração do trabalho infantil.
<b>Lei nº 14 5.522 , de 07/12/2004</b>	O Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, consolidada pela Lei 251/10, tem por objetivo custear programas, projetos, planos, atividades, ações ou serviços que promovam as políticas ambientais de Piracicaba executadas pela Prefeitura Municipal ou em parceria com organizações não-governamentais.
<b>Decreto nº 11.027, de 09/02/2005</b>	Regulamenta a Lei nº 5.522 que “cria o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município de Piracicaba - FUNDEMA e dá outras providências.
<b>Lei nº5.606 de 05.09.2004</b>	Autoriza a Prefeitura Municipal de Piracicaba a outorgar concessões onerosas de serviços públicos integrados de limpeza urbana, recuperação ambiental de aterro existente no município de Piracicaba e implantação do novo aterro sanitário e dá outras providências.
<b>Lei Complementar nº 208, de 04/09/2007</b>	Dispõe sobre Uso e Ocupação do Solo do Município de Piracicaba. Institui o Artigo 21, subseção II – Os usos e atividades são classificados segundo o grau de incomodidade em: I: Incômodos e II: Não incômodos. § 1º São considerados não incômodos quaisquer usos que não excedam nenhum dos padrões básicos de incomodidade estabelecidos nesta Lei Complementar. § 2º São considerados incômodos quaisquer usos que

	<p>causem impacto urbanístico e que estejam sujeitos a controle do Poder Executivo, por apresentarem níveis de incomodidade, no tocante às formas de poluição de que trata o art. 22 desta Lei Complementar.</p> <p>Art. 22. Para fins de análise do grau de incomodidade deverão ser observados os seguintes critérios: Itens II, III, e IV. Subseção III – Dos Empreendimentos e Atividades de Impacto.</p> <p>Art.24. Os empreendimentos e atividades de impacto, independentemente de sua categoria de uso ou nível de incomodidade, serão objeto de prévio Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV.</p> <p>Art.25. São considerados empreendimentos de impacto: Item IV: Os seguintes equipamentos urbanos: a) Aterro Sanitário.</p>
<b>Decreto nº 12.402 de 30/11/2007</b>	<p>Dispõe sobre nomeação de servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal de Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente, para gerenciar o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município de Piracicaba – FUMDEMA, criado pela Lei nº 5.522/04 e dá outras providências.</p>
<b>Decreto nº 12.759, de 22/07/2008</b>	<p>Declara de utilidade pública, para posterior desapropriação amigável e judicial, parte do imóvel de propriedade de Companhia Industrial e Agrícola Ometto, localizado no bairro Palmeiras, neste município, destinada à implantação de Aterro Sanitário, revoga o decreto 12.511/08 e dá outras providências.</p>
<b>Lei nº 6.458, de 20/05/2009</b>	<p>Autoriza o município de Piracicaba através da Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente, a celebrar convênio com o Estado de São Paulo por meio de sua Secretária de Meio Ambiente.</p>
<b>Lei nº 6.459, de 20/05/2009</b>	<p>Autoriza o município de Piracicaba através da Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente, a celebrar convênio com a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB, visando a execução de procedimentos e licenciamento e fiscalização ambiental de atividades e</p>

	empreendimentos de impacto local, bem como correlata a cooperação técnica e administrativa entre os partícipes e dá outras providências.
<b>Decreto nº 13.163, de 08/07/2009</b>	Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, criado pela Lei Municipal nº 4.233/96 revoga o Decreto 12.043/07 e dá outras providências.
<b>Lei Complementar nº 251, de 12/04/2010</b>	Dispõe sobre a consolidação da legislação que disciplina a à proteção ao meio ambiente, os programas e iniciativas na área de interesse ambiental do Município de Piracicaba.
<b>Lei 6.922, de 24/11/2010</b>	Institui a Política Municipal de Educação Ambiental e dá outras providências.
<b>Decreto nº 13.945, de 28/12/2010</b>	Estabelece preços públicos para a execução dos procedimentos de licenciamento e fiscalização ambientais previstos nos convênios firmados pelo Município de Piracicaba com o Estado de São Paulo, autorizados pelas Leis Municipais nº 6.458/09 e 6.459/09.
<b>Decreto nº 14.015, de 28/02/2011.</b>	Dispõe sobre os procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local no âmbito da Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba e dá outras providências.
<b>Decreto nº 14.118, de 30/05/2011</b>	Introduz alterações ao Decreto nº 14.015 /11 que dispõe sobre os procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local no âmbito da Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba e dá outras providências.
<b>Decreto nº 14.184, de 21/07/2011</b>	Aprova a parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, para a gestão do serviço público de esgotamento sanitário e dá outras providências.
<b>Decreto nº 14.206, de 01/08/2011</b>	Aprova o Plano de Saneamento Básico do Município de Piracicaba.

<b>Decreto nº 14.980, de 28/01/2013</b>	Regulamenta a Lei 6.962/10 que “institui o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos Volumosos e o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, de acordo com o previsto na Resolução CONAMA nº 307/02 e dá outras providências.
<b>Decreto nº 15.279, de 05/12/2013</b>	Introduz alterações ao Decreto nº 14.015/11 que “dispõe sobre os procedimentos para licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local no âmbito da Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba e dá outras providências”, alterado pelo de nº 14.118/11.
<b>Decreto Municipal 15.281/2013</b> <b>Decreto Municipal 15.576/2014</b>	Formalizam a Comissão de Revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Piracicaba.

O Aterro Sanitário objeto do presente licenciamento foi projetado de modo a atender rigorosamente aos critérios estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e está fundamentado em critérios de engenharia e normas operacionais específicas que permitem a disposição de resíduos sólidos de maneira adequada em termos de controle de poluição ambiental.

No tocante ao levantamento dos dispositivos legais em vigor no âmbito federal, estadual e municipal, tem-se que o empreendimento encontra-se em concordância não havendo impedimento legal para instalação e operação do mesmo na gleba reservada, contudo as interações e análises de compatibilidade do mesmo com os dispositivos legais apresentados neste capítulo estão melhores embasadas e detalhadas ao longo do presente estudo, em cada um dos meios estudados, assim como nas demais análises que compõem o trabalho.